

Economia - Brasil



NAS ENTRELINHAS

por Luiz Carlos Azevedo

e-mail luiz.azevedo@correioweb.com.br



Avanço ou mais do mesmo

Política econômica e política propriamente ditas são coisas diferentes mas que caminham no mesmo rumo. Quando isso não acontece, a situação desanda. O sucesso do novo governo Lula, portanto, dependerá bastante da composição do ministério e de sua sintonia com a gestão econômica. Num ambiente de fofocas e intrigas, de disputa de cargos e articulações para montagem do ministério, parece uma discussão diletante. Não é.

Quem ganhou?

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a vitória de um projeto de continuidade político-administrativa. Estabilidade da moeda, barateamento do custo de vida (alimentação, construção civil, eletrodomésticos) e focalização dos gastos sociais nos mais pobres garantiram a maioria dos votos de Lula. Mas, para chegar aos 58 milhões de votos no segundo turno, foi preciso resgatar o discurso de esquerda que agradou uma parcela significativa da classe média dos grandes centros, principalmente os funcionários públicos e trabalhadores das estatais, ainda descontentes com as privatizações.

Lula prometeu substituir o "mais do mesmo" pelo avanço: crescimento com redistribuição de renda e educação de qualidade. Esse discurso trouxe de volta os eleitores da esquerda descontentes com o governo, inclusive parte daqueles que haviam migrado para o candidato tucano Geraldo Alckmin por causa da questão ética.

Quem levará?

Essa questão é o cerne da montagem do segundo governo Lula, em tese uma coalizão de centro-esquerda. A disputa instalada dentro do governo, arbitrada pelo presidente da República, definirá o caráter do governo: predominará no segundo mandato a orientação "centrista", que prevaleceu no primeiro, ou a "vocação de esquerda" que pautou a reeleição? Os ex-ministros José Dirceu e Antônio Palocci foram exímios operadores do "centrismo"; Dilma Rousseff e Guido Mantega, na Casa Civil e na Fazenda, não escondem a vontade de guinar à esquerda.

O centrismo na política e o "mais do mesmo" na economia garantiram o sucesso eleitoral do primeiro governo. Com a toda a crise ética, foi o que manteve a governabilidade e base governista no Congresso. A focalização dos gastos sociais nos mais pobres (Bolsa Família, Pronaf, Luz para Todos, etc.), uma tese social-liberal, deu o conteúdo social do primeiro mandato. A equipe econômica domou a inflação, melhorou os indicadores econômicos e conseguiu produzir resultados sensíveis do ponto de vista da economia popular. Se o "mais do mesmo" funcionou satisfatoriamente, por que mudar?

UM "GOVERNO DE COALIZÃO" COM O PMDB E OUTROS PARTIDOS DE CENTRO SERIA SOB MEDIDA PARA O "MAIS DO MESMO". NO GOVERNO, PORÉM, HÁ QUEM APOSTE NO ESGOTAMENTO DESSA POLÍTICA ECONÔMICA

O ministério

Um "governo de coalizão" com o PMDB e outros partidos de centro seria sob medida para o "mais do mesmo". No governo, porém, há quem aposte no esgotamento dessa política econômica a qual condenaria o país a mais quatro anos de crescimento medíocre. A solução seria um brutal corte nos gastos de custeio, mais produtividade e eficiência da máquina federal e uma nova reforma da Previdência, talvez elevando a idade mínima para aposentadoria. Investimentos pesados em infra-estrutura, com a reengenharia do setor de energia e privatização dos transportes (rodovias, portos e ferrovias) alavancariam o desenvolvimento. O segundo mandato exigiria, nesse caso, um ministério do avanço.

O que seria isso? Primeiro, um ministério cuja área econômica fosse capaz de produzir a saída para o problema do crescimento econômico acelerado sem provocar inflação. Não há acordo sobre isso. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, por exemplo, insiste na tese de que a taxa de juros precisa desabar, contra a opinião do presidente do Banco Central, cuja política continua focada na meta de inflação. Segundo, construir uma porta de saída para assistencialismo no gasto social, substituindo-o pela geração de atividades produtivas e renda. Terceiro, profissionalismo e eficiência na área de infra-estrutura, na saúde e na educação. Ou seja, aliar a boa técnica à boa política na escolha dos ministros. Não é fácil.